

# Prorrogados os prazos da dívida

20 JAN 1986

GAZETA MERCANTIL

167

Ext

por Paulo Sotero  
de Nova York

As negociações entre o governo brasileiro e o comitê de bancos credores, iniciadas na última quinta-feira em Nova York, pareciam caminhar, na sexta-feira, para um acordo abrangente e bastante satisfatório às reivindicações do Brasil. Segundo fontes financeiras, o acordo, que seria trabalhado pelas duas partes em novas reuniões no fim de semana mas poderá levar algum tempo para ser anunciado em sua forma final, contém três pontos principais: a prorrogação das linhas comerciais e interbancárias até março de 1987, o reescalonamento das amortizações do principal vencidas em 1985 por sete anos, com cinco de carência, e uma substantiva redução do "spread" — a taxa de risco cobrada pelos bancos para o refinanciamento da dívida. O Brasil havia pedido a extensão da dívida de curto prazo por dezoito meses, o

refinanciamento do principal de 1985, de 1986 e pelo menos da primeira metade de 1987 por nove anos e a redução do "spread" médio de 2,125%, que paga por sua dívida, para um patamar semelhante ao do México, que é, na média, de 1,125%.

Ao deixar a sede do Citicorp, no início da noite de sexta-feira, o presidente do Banco Central (BC), Fernando Bracher, disse, sorridente, que as negociações tinham progredido, mas que havia ainda "uma série de pontos em aberto", que deveriam ser trazidos escritos "no sábado". Bracher adiantou, porém, que já havia "um consenso global". O presidente do BC disse também que o provável anúncio do fim de semana conteria uma "prorrogação técnica por um mês ou dois" dos compromissos de curto prazo, que venceram na sexta-feira. Esta prorrogação técnica, sugeriu ele, sem ser muito específico, abriria o prazo necessário para a formali-

zação dos termos finais do acordo.

O refinanciamento dos vencimentos do principal de 1985 por sete anos, apesar de não atender totalmente ao pedido brasileiro, representa, na realidade, um progresso da posição dos credores em relação ao primeiro dia das negociações. Eles tinham informado a Bracher, na quinta-feira, que, devido à recusa do Brasil de aceitar algum tipo de envolvimento formal do FMI no monitoramento da economia brasileira, não viam como atender a qualquer pedido de reescalonamento do principal.

Para o Brasil, a inclusão no acordo do reescalonamento de pelo menos uma parte do principal, ainda que de vencimentos já passados, marca uma vitória essencialmente política, pois alarga os parâmetros das negociações entre credores e países endividados, exatamente por ser realizada sem que haja envolvimento do FMI. Na prática, porém, as autoridades econômicas brasileiras aceitaram a posição dos credores de não renovar as amortizações vencidas por um prazo igual ou superior ao que já havia sido concedido na última negociação (de nove anos).

E parecem ter adotado essa atitude porque acreditam, como Bracher disse aos banqueiros, que os vencimentos do principal de 1985, de 1986 e pelo menos da primeira metade de 1987 deverão ser novamente renegociados, no ano que vem, no contexto de um reescalonamento plurianual da dívida. Para os banqueiros, a vantagem prática na concessão do refinanciamento dos vencimentos do principal de 1985 é abrir o reempréstimo dessas amortizações, de cerca de US\$ 8 bilhões, que estão depositadas em contas especiais em nome dos credores no Banco Central.

O Brasil só voltará à mesa de negociação com os bancos credores em março de 1987. A informação foi prestada pelo ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, na sexta-feira em Brasília. Funaro confirmou, ainda, que o Brasil conseguiu fechar um acordo de renegociação da sua dívida externa relativa a 1985 e 1986. "O País conseguiu afirmar-se e obter com os bancos uma renegociação sem um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional", afirmou.